



IDEFLOR-Bio

Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio

ATA DA REUNIÃO NA DA APA DA ILHA DO COMBU COM COMUNITÁRIOS E ÓRGÃOS INSTITUCIONAIS

1 No dia 09 de fevereiro de 2021, no restaurante Saldosa Maloca, localizado na APA da
2 ilha do Combu, foi realizada a reunião a pedido de algumas liderança da comunidade da
3 APA, para tratar de assuntos referente a problemas que os comunitários vem
4 enfrentando atualmente. A reunião foi organizada pelo IDEFLOR-Bio, através da
5 Gerência Administrativa de Belém/GRB, representada pelo Gerente, Sr. Ivan Santos que
6 é responsável pela Gerência da Unidade de Conservação da APA da ilha do Combu.
7 Estiveram participando como convidados os seguintes órgãos do **Poder Público**: 1-
8 Abílio Barros Horana (**SEMMA BELÉM**), 2-Trícia Rosy Almeida 3-Aida Quintaires
9 (**BELEMTUR**), 4-Luis Claudio Saldanha Araújo (**CIPFLU**), 5- Cel. Taylor Bruno Anaissi
10 de Oliveira Pereira(**GFLU/SEGUP**), 6-Delegado Arthur do Rosário Braga
11 (**GFLU/SEGUP-DE**), 7-Delegado Alberone Lobato (**DEMAPA/POLICIA CIVIL**), 8-Sérgio
12 Menezes (**ARBEL**), 9-Elvis Marcelo Barreto Pereira(**DIFISC/SEMAS**),10-Rosangela
13 Andrade Pinheiro, 11-Wanessa Silva Granjeiro e 12-Leticia Lima de Freitas (**IDEFLOR-**
14 **Bio**), e como representantes da **Sociedade Civil** estiveram:1-Raimundo João Pinheiro
15 Neto(**RESTAURANTE COMBU GRILL**), 2-Jamile Miranda dos Santos (**IGARAPÉ**
16 **COMBU**) 3-Prazeres Quaresma dos Santos(**RESTAURANTE SALDOSA MALOCA**), 3-
17 Leina Kelly P. Ferreira(**RESTAURANTE CASA VERDE**), 4-Jarina da S. de Souza(
18 **RESTAURANTE ELOHIM**), 5-Araceli Pizango Alves (**RESTAURANTE PORTAS**
19 **ABERTAS**), 6-Arlete Rodrigues Gouveia (**RESTAURANTE RÚSTICO DA ILHA**), 7-
20 Edinei Nascimento Silva (**RESTAURANTE BOTECO DA ILHA**), 8-Jorge de Souza
21 (**RESTAURANTE COMBU GRILL**), 9-Vitor Gouveia do Nascimento(**PRESIDENTE DA**
22 **ASMEBI**), 10-Gerson dos Santos Teles(**COOPERATIVA COOPPETRANS**). A reunião
23 iniciou com as palavras de boas vindas do Sr. Ivan Santos, agradecendo a presença dos
24 convidados, em seguida explicou a pauta da reunião, os assuntos foram: crimes
25 ambientais na Ilha, especulação imobiliária, velocidade das embarcações, resíduos
26 sólidos, dentre outros problemas, que os moradores da APA vêm enfrentando, pois são
27 situações delicadas e que precisam da atenção dos órgãos que podem contribuir com
28 seus serviços para melhorar a vida da comunidade local. Houve uma breve
29 apresentação dos representantes convidados. Após as apresentações, a Sra. Prazeres
30 Quaresma, fez alguns questionamentos ao Sr. Ivan Santos, sobre como estar o
31 andamento do plano de manejo da APA, se há previsão para iniciar a elaboração? Em
32 resposta o Sr. Ivan, informou que já se tem os valores orçados para se começar o plano
33 de manejo com a autorização da Presidente do Ideflor-bio, a Sra. Karla *Bengtson*, e a
34 partir da semana seguinte haverá uma reunião com os técnicos do Instituto que irão
35 participar da elaboração do plano. O plano de manejo será feito, tendo como referência
36 as experiências de aplicação da metodologia que atualmente vem sendo usada pelo
37 ICMBio, sem o uso de licitação de empresas e concomitantemente ao plano de manejo
38 será feito o plano de uso público da APA. A Sra. Prazeres diz que o plano de manejo e o
39 plano de uso público serão elementos norteadores que poderão servir como
40 embasamento para fiscalização na ilha. Um outro questionamento feito pela Sra.
41 Prazeres, foi se há alguma informação sobre o abastecimento de água na Ilha, explicou
42 que foi pago pelo governo anterior, um projeto de sistema de abastecimento de água
43 para a Ilha do Combu e que na época o recurso havia voltado porque o projeto não

44 estava adequado, depois em um outro governo, foi feito um segundo projeto com as
45 adequações necessárias, porém o recurso já havia retornado. Segundo o Sr. Ivan, já
46 houve algumas reuniões com o Presidente da Cosanpa e contatos com um grupo de
47 Brasília, que são responsáveis em fazer estudos sobre algumas regiões que foram
48 eleitas para se estudar alternativas para por contribuir com formas de abastecimento de
49 água e energia. Prazeres citou outro problema sério na Ilha que é a queda contínua dos
50 barrancos, agravada pela erosão, pois segundo a mesma num espaço de 05 anos se
51 perdeu muito mais do que em 50 anos, são ações maléficas de agressão, provocando a
52 erosão de forma muito violenta, agravada pela velocidade das embarcações. De acordo
53 com o Coronel Bruno, do Grupamento Fluvial, na sua opinião, um dos causadores é o
54 volume de embarcações existentes, agravada pela velocidade em que os barqueiros das
55 próprias Cooperativas que fazem o transporte de pessoas na ilha, será que os
56 barqueiros estão entrando com a velocidade adequada?. Quando questionado sobre
57 quantos barcos possuem as Cooperativas da ilha, o Presidente da Associação, Vitor
58 Gouveia informou que as duas Cooperativas somam 32 barcos. De acordo com o
59 Coronel Bruno, é necessário buscar os órgãos competentes para que se oficialize a
60 velocidade permitida, nesse caso, a Capitania dos Portos, responsável em estabelecer a
61 velocidade adequada permitida nas áreas aquáticas. Segundo Coronel Bruno, é muito
62 grande o volume de barcos e não se poderia simplesmente barrar a entrada das
63 embarcações. Surgiram as sugestões para tentar amenizar a situação da velocidade das
64 embarcações: 1-placas com sinalização informando a velocidade permitida, 2-enumerar
65 as embarcações, assim seria mais prático identificar o barqueiro infrator, 3- uso de
66 câmeras em pontos estratégicos, 4-Campanha nas Marinas com os donos de lancha 5-
67 Campanha de divulgação nos restaurantes da velocidade permitida com informativo de
68 velocidade permitida na ilha. Segundo a Sra. Prazeres, "se nada for feito, daqui há 05
69 anos não vamos ter como entrar na ilha, pois a maré não vai mais permitir. O Sr. Edinei,
70 morador e representante do Boteco da Ilha, fez dois questionamento, o primeiro foi
71 sobre trabalho de trifaseamento da rede pela Empresa Equatorial que deverá acontecer
72 em julho, onde irá haver a supressão de área, pois de acordo com informações que
73 chegaram na comunidade era que havia sido liberado 30 metros para abertura do
74 ramal, sendo que torno de 60% a 70% da população possui um documento chamado de
75 concessão de uso da União, pois irá acontecer o trifaseamento da rede que vai passar
76 em terrenos de famílias que não tem nenhuma contrapartida com a perda dos terrenos,
77 pois muitas famílias serão prejudicadas caso isso seja verdade. Ednei reclama, pois a
78 proposta não foi discutida com a comunidade atingida. O Sr. Ivan Santos, buscou
79 esclarecer a situação, ao Sr. Ednei, relatando a situação quando foi procurado pela
80 Empresa Equatorial, a proposta dos Engenheiros da Empresa era adentrar 12 metros de
81 cada lado, mas devido a vegetação secundária e primária terem uma altura
82 considerável, foi preciso estender mais 3 metros para cada lado, ficando assim 15
83 metros para direita e 15 metros para a esquerda, por causa da queda de árvores.
84 Segundo o Sr. Ivan a supressão de área que ocorrerá terá que ser levado em
85 consideração as condicionantes elaboradas pelos técnicos do IDEFLOR-Bio, dentre elas
86 estão: 1- só haverá supressão em áreas que não tenha árvores em extinção, 2-o
87 morador terá que autorizar, dando anuência por escrito, 3-terá que ser paga uma
88 contrapartida da Empresa para o proprietário do terreno atingido. Nada pode ser feito
89 sem o cumprimento das condicionantes propostas; a Empresa se comprometeu a fazer
90 uma reunião com os moradores da APA em novembro de 2020, porém não aconteceu.
91 O Sr. Ivan pediu que qualquer reunião que a Empresa Equatorial faça com a
92 comunidade que o IDEFLOR-Bio seja avisado. O segundo ponto tratado por Ednei foi
93 sobre uma sugestão ao representante do Grupamento Fluvial a possibilidade de se ter
94 um posto fixo na ilha de uma guarnição, pois na ilha se tem muitos problemas além do
95 problema da velocidade, poluição sonora, são fatores que atrapalham o
96 desenvolvimento do turismo sustentável. Ele não acredita que só a conscientização e

Ribeiro



IDEFLOR-Bio

Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio

97 uso de câmeras irá inibir determinados comportamentos, ele não irá mudar o
98 comportamento cultural das pessoas, pois a mudança é a longo prazo, propôs ao
99 representante do Grupamento Fluvial se haveria a possibilidade de se ter na ilha um
100 posto fixo do Grupamento fluvial com uma guarnição de policiais, acredita que inibiria
101 alguns comportamentos, pois receberiam alguma forma de punição pelo seus atos. Em
102 resposta a sugestão do Sr. Ednei, o Coronel Bruno falou que o posto fixo atende uma
103 demanda muito pequena e não toda a comunidade, sugeriu que pudesse ser feito era
104 que o grupamento fluvial estivesse com mais frequência na ilha, que também não iria
105 resolver, enquanto não houver a regulamentação da velocidade pelo órgão
106 competente, que é a Capitania dos Portos e a presença dos órgãos ambientais,
107 fazendo parcerias alternativa para que ações possam ter resultado de forma preventiva.
108 De acordo com o Delegado Alberone Lobato da DEMAPA, relata que por sua própria
109 experiência, é de fundamental importância que a comunidade esteja integrada com o
110 sistema de segurança e com os órgãos de fiscalização, para que tenhamos um resultado
111 positivo, e que os órgãos de fiscalização como a SEMAS e IDEFLOR-Bio, tenham
112 conhecimento dos empreendimentos que estão sendo construídos na ilha para que
113 possam coibir as obras irregulares, a DEMAPA colocou-se a disposição para integrar
114 ações que possam ser realizadas na ilha com os outros órgãos, pois o órgão atua com a
115 parte criminal. Informou que tem uma divisão de crimes de poluição sonora que pode ser
116 denunciado para a Delegacia que combate esse tipo de crime. A Sra. Prazeres disse
117 que não tem confiança em ligar e fazer denúncia, pois por várias vezes já recebeu
118 recados de ameaça. O Delegado informou que a denúncia precisa ser feito ao CIOP de
119 forma anônima. Quanto as denúncias de festas que acontecem na ilha, são poucos os
120 que denunciam e quando ligam a festa praticamente já está acabando. Uma moradora
121 se posicionou relatando que não ligam porque nunca podem vir e atender a denúncia.
122 De acordo com o Coronel Bruno, não se pode deixar de denunciar por esse motivo, pois
123 segundo ele, se tem um problema de logística, estão se readequando, dando uma
124 repaginada nas embarcações para melhor atender as denúncias recebidas. Em seguida
125 o representante da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade-SEMAS, o
126 Sr. Elves Marcelo, explicou como acontece os procedimentos adotados pela Secretaria
127 de Meio Ambiente em relação à fiscalização, esclareceu que a atuação se dá como
128 crime administrativo, não tendo função nenhuma de prender alguém e para qualificar e
129 autuar um crime é preciso o CPF ou o CNPJ do empreendimento, ou seja, a fiscalização
130 trabalha na repressão de crimes administrativo, sendo que a denuncia precisa ser feita
131 através de ofício ao Secretário de Meio Ambiente para que se faça a ação de
132 fiscalização. A Secretaria de Meio Ambiente pode atuar em diferentes crimes ambientais
133 como: poluição sonora, derrubada de árvores, dentre outros. Segundo Elves, para se
134 instalar um empreendimento, por exemplo, um restaurante é preciso uma licença da
135 Secretaria Municipal, caso não tenha, a licença ambiental, a Semas pode embargar a
136 obra e lacrar o espaço. A Secretaria tem essa prerrogativa na lei de embargar e
137 interditar obras que não esteja devidamente licenciada pelos Órgãos ambientais
138 competentes. De acordo com Elves para construir qualquer empreendimento o
139 proprietário precisa do documento de posse ou de cessão de solo, ou comprovação de
140 aluguel da terra, se ele não apresentar tais documentos ele não poderá ter uma licença
141 ambiental e terá o embargo da obra. Segundo a Sra. Prazeres, acredita que nem mesmo
142 a Semas pode fazer algo, pois relatou que os moradores assinaram um documento
143 proibindo a venda de seus terrenos, porque tinham apenas a Cessão de uso e esse
144 documento não daria direito a venda de terreno para pessoas de fora da ilha, somente

145 para pessoas que tivesse algum parentesco e que morasse na ilha, e o órgão que
146 deveria ser denunciado seria a Superintendência do Patrimônio da União-SPU. Segundo
147 orientações do Sr. Elves, o procedimento nesses casos é denunciar a Semas e ao
148 Ministério público, porque o documento não dá direito de venda, segundo o acordo feito,
149 não tem validade para venda, pois ele não terá direito a alvará, é um documento falso e
150 a primeira atitude é denunciar as Secretarias tanto municipal ou Estadual de Meio
151 Ambiente ou Ministério Público, para que a obra não seja autorizada. Após o Sr. Abílio
152 Horana, representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belém, da Divisão
153 de Monitoramento e Controle, perguntou a comunidade presente se eles conseguiriam
154 lembrar de boas práticas de relacionamento com o poder de fiscalização ambiental do
155 município, para que se possa tentar resgatar, caso tenha sido abandonado, o segundo
156 ponto é que um processo de licenciamento não é iniciado de qualquer jeito, pois
157 precisa atender a requisitos, pois se existe uma obra e não tem licenciamento, ela é
158 imediatamente deverá ser interrompida pelos órgãos de fiscalização, sem ser preciso
159 denunciar para o ministério público, Em resposta à pergunta feita aos moradores da APA
160 sobre as boas práticas já realizadas pela Secretaria de Meio Ambiente na Ilha do
161 Combu, os moradores relataram que pra ter seu licenciamento o protocolo leva de 01
162 ano para o outro, sempre se fica esperando muito pra situação ser resolvida, é muito
163 lento as respostas para as denúncias feitas, como também há pouca presença da
164 Secretaria na Ilha. O Sr. Abílio colocou-se à disposição da comunidade da ilha na buscar
165 de soluções para os problemas que a Ilha vem enfrentando, que apesar das limitações
166 que a Secretaria de Meio Ambiente enfrenta, comprometeu a dar respostas em tempo
167 hábil com o tempo de respostas para as denúncias e situações que possam ocorrer na
168 APA. Após as Instituições presentes se manifestarem e levantado outros problemas na
169 APA da Ilha do Combu. De acordo com Coronel Bruno, tudo converge para o turismo,
170 todos os problemas foram levantados, então é o momento de cada órgão assumir sua
171 área e começar a se construir uma solução Institucional para se elaborar uma operação
172 conjunta, envolvendo as Secretaria de Meio Ambiente Estadual e Municipal porque se
173 ações forem feitas individualmente não se vai alcançar resultados é preciso traçar um
174 plano de ação, já que se conhece os problemas levantados. A representante da
175 Belemtur, Sra. Trícia Rosy, falou da dificuldade que seu órgão hoje enfrenta, com pouco
176 orçamento e possui apenas 12 funcionários, sendo apenas uma coordenação não tendo
177 status de Secretaria, colocou a dificuldade em assumir responsabilidades no momento,
178 mas colocou-se a disposição para buscar parcerias com outras Secretarias e se juntar
179 nas ações propostas, falou da importância da participação da Secretaria de Turismo e
180 de outros órgãos no desdobramento que poderão ser realizadas. Reforçando a fala do
181 Coronel Bruno, o Delegado do Grupamento Fluvial, Sr. Arthur Rosário, explicou de como
182 é organizado o Grupamento Fluvial que estar vinculado a Segurança pública, explicou
183 que na sede estão a Companhia Fluvial e a Delegacia Fluvial que estão no mesmo
184 complexo e nenhum dos dois são subordinados ao Grupamento Fluvial, o Grupamento
185 gerencia as operações, direciona e coordena, tudo voltado para o sistema de segurança.
186 Explicou que algumas vezes o Grupamento é acionado e há demora no atendimento
187 devido a demanda existente e também atenderem demandas em todo o estado.
188 Informou que a base da Companhia e da Delegacia estão sendo estruturadas em uma
189 embarcação com uma estrutura contendo cozinha, camarote, computador para fazer
190 todos os procedimentos na própria embarcação sem precisar ir para terra pra ter acesso
191 aos serviços, terá também uma embarcação menor para dar apoio e suporte as
192 operações de forma mais rápida no atendimento das demandas. O objetivo é agregar
193 vários órgãos independente da esfera que pertença e realizar ações conjuntas para
194 atender as Ilhas de Cotijuba, Combu e outras do entorno de Belém que estejam
195 precisando de apoio de policiais para fazer uma fiscalização específica. O Delegado
196 Arthur lançou o convite da proposta aos órgãos presentes, caso não seja possível nos
197 finais de semana, que durante a semana os órgãos que tiverem disponibilidade possam

Recibo



IDEFLOR-Bio

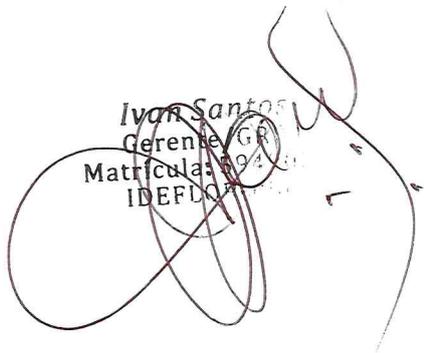
Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio

198 fazer ações pontuais. Sugeriu aos presentes em se pensar ações para o Combu no que
199 diz respeito a velocidade das embarcações, problema muito falado durante a reunião,
200 acredita que já se pode fazer algumas ações de fiscalização, como forma de interferir
201 na velocidade das embarcações na Ilha. De acordo com o Delegado Arthur, “
202 infelizmente não podemos estar o tempo todo, mas sabemos que a presença, inibe”.
203 Lembrou também que o Grupamento, a Segup, precisam também ser provocados pelos
204 outros órgãos, pela comunidade para que ações aconteçam com mais frequência na
205 ilha, colocou-se a disposição, principalmente sobre a logística de atravessar pra ilha que
206 é uma dificuldade ainda para determinados órgãos. Em prosseguimento as proposta de
207 ações que poderão ser implementadas na ilha do Combu, a Técnica e Turismóloga, a
208 Sra. Leticia Lima, expôs a proposta de organizar um grupo de trabalho convidando
209 alguns órgãos como a BELEMTUR, SETUR e mais dois comunitários para concentrar as
210 ações e chamar outros órgãos e programar ações, como forma de reordenar o turismo
211 sustentável na ilha e os problemas que surgem com o turismo (velocidade das
212 embarcações, resíduos sólidos, abertura de restaurantes, etc), pois de acordo com
213 Leticia Lima, “hoje o Combu é visto como um dos maiores produtos turísticos de Belém
214 em consequência do fascínio que a ilha exerce sobre as pessoas”. A quantidade de
215 restaurantes e lanchas existente na Ilha no Combu, só existe porque tem turismo, é
216 preciso tomar essa responsabilidade e a partir disso coordenar ações com os órgãos. O
217 representante da ARBEL, Sr. Sérgio Menezes, informou que na Agencia Reguladora
218 existe uma coordenação de Educação Ambiental, que atua em ações nas escolas do
219 município de Belém, o projeto ARBEL na Escola, fez o convite à BELEMTUR, SEMAS, e
220 IDEFLOR-Bio para que juntos possam elaborar um cronograma de ações de educação
221 ambiental para as escolas Ilha do Combu, sugeriu se fazer um grupo no whatsapp para
222 melhor se comunicar e planejamento das ações e programações que poderão ser
223 realizadas. O Sr. Ednei, fez alguns agradecimentos aos presentes, mas lamentou ter
224 uma representação pequena de moradores da ilha na reunião, informou que será feita
225 uma reunião com representante dos restaurantes e os moradores e se preparar um
226 documento com as demandas da comunidade e oficializar aos órgãos competentes,
227 para depois chamar os órgãos presente para uma conversa. Em seguida manifestou-se
228 o Sr. Jorge de Souza, representante do Restaurante Combu Grill, disse que quando os
229 órgãos querem fazer alguma coisa pela comunidade eles fazem, foi que ele observou
230 quando aconteceu um acidente em dos restaurantes no Combu, que surgiram pessoas
231 de diferentes órgãos que durante toda semana estiveram presente na ilha, encontram
232 barcos, enfim houve uma união para resolver o problema. Falou que o órgão que as
233 lanchas mais respeitam é a Capitania dos Portos, porque fiscalizam e aplicam a multa,
234 pois todas as lanchas da cooperativa são numeradas e é fácil de identificá-las,
235 precisamos do apoio dos órgãos para que haja uma punição, porque muitas das vezes o
236 infrator não recebe a devida punição, sendo feito apenas acordos. Segundo a Sra. Trícia
237 Rosy, para que as lanchas particulares andem com velocidade permitida é preciso que
238 os cooperados sejam exemplos. A Sra. Prazeres fez um agradecimento em nome da
239 comunidade na pessoa do Sr. Ivan Santos, sobre um trabalho de Pesquisa realizado por
240 uma estudante de Mestrado na APA, pela agilidade com que aconteceu, e isso se deve
241 a rapidez na liberação feita pelo IDEFLOR-Bio. Em seguida o Sr. Abílio, representante
242 da SEMMA BELÉM, disse que é desafiador assumir uma gestão de muito abandono,
243 mas que hoje tem uma equipe que estar comprometida em fazer um bom trabalho, e que
244 a reunião para ele teve seu papel cumprido, porque compreendeu a demanda da
245 comunidade, ressaltou que é importante saber que a Secretaria de Meio Ambiente é o

246 Órgão, onde os processos param; a intenção é mudar essa imagem e fazer um trabalho
247 com celeridade e efetividade para que possa atender as demandas de qualquer pessoa
248 que procure os serviços da Secretaria; colocou-se a disposição da comunidade e dos
249 serviços oferecidos pelo Órgão que representa. O Coronel Bruno reforçou que o
250 Grupamento Fluvial estará esperando as demanda dos Órgãos para que se possa
251 realizar as ações dando segurança ao trabalho e atender a comunidade e que as
252 operações continuarão buscando atender qualquer tipo de demanda. A reunião foi
253 encerrada pelo Sr. Ivan Santos, que agradeceu a disponibilidade dos representantes dos
254 Órgãos ao atender o convite da reunião e juntos buscarem estratégias para os
255 problemas que a APA da Ilha do Combu enfrenta atualmente. Não tendo nada mais a
256 tratar, eu Rosângela Pinheiro, lavrei a ATA, que será encaminhada aos presentes na
257 reunião.

Ivan Santos
Gerente GR
Matrícula 994
IDEFLOR



Rosângela

Rosângela Andrade Pinheiro
Técnica em Gestão Ambiental
Mat. 51355848